

# consciência Bancária

EDIÇÃO DIÁRIA - ANO XXV - Nº 6218 - TERÇA-FEIRA, 02 DE OUTUBRO DE 2018



## QUEM TEM TRABALHO FORMAL QUE SEGURE

Carteira assinada virou um sonho no Brasil neoliberal. O total de postos de trabalho formais perdidos neste ano chega a 444 mil no setor privado. O índice encolheu 1,3% no trimestre encerrado em agosto, ante igual período de 2017, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

A pesquisa mostra que o emprego sem carteira assinada no setor privado teve aumento de 4% em um ano, com a criação de 435 mil vagas. Os trabalhadores informais, que trabalham por conta própria, cresceu 1,9% no período, com 437 mil pessoas a mais.

O setor público gerou 257 mil vagas, avanço de 2,2%. Houve aumento de 191



mil indivíduos na condição de trabalhador doméstico. São mais 3,1% de ocupados na função. As garantias empregatícias estão cada vez mais frágeis.

À medida que a reforma trabalhista é aplicada, os brasileiros ficam reféns dos patrões e do medo de entrar para as estatísticas dos 12,1% de desempregados.

Fonte: SBBA

## Teses e Polêmicas

### O FASCISMO É INIMIGO DO TRABALHADOR!

\*Por Jorge Barbosa de Jesus

Objetivamente o que tem pregado a candidatura neofascista à presidência da república é: o fim do 13º salário, do adicional de férias, da estabilidade do servidor público, além da alíquota única de 20% sobre o imposto de renda (aprofunda a injustiça fiscal), do ataque aos direitos trabalhistas através da consigna “trabalho ou direitos” e a privatização das estatais.

Fica mais que evidente a natureza de classe de um eventual governo Bolsonaro, a defesa dos interesses do capital em detrimento das necessidades do trabalhador. O paraíso para os empresários que poderão explorar indiscriminadamente aqueles que vivem da venda da sua força de trabalho.

Quanto a concursos públicos, a terceirização aprovada no atual governo com o apoio dos partidos de direita, certamente será ampliada de acordo com a última medida do governo Temer.

Não podemos nos esquecer que a reforma trabalhista veio para aniquilar os direitos, a exemplo do fim da ultratividade das convenções e acordos coletivos, realidade vivida por muitas categorias, inclusive bancários, que deixou os trabalhadores em franca desvantagem e a mercê da chantagem patronal.

O ataque aos Sindicatos será inevitável uma vez que é a organização dos trabalhadores através das suas entidades que garante os direitos coletivos. É bom lembrar que a reforma trabalhista também trouxe o preceito do negociado sobre o legislado, ou seja, as leis trabalhistas poderão ser flexibilizadas no sentido de liquidar direitos.

Atualmente, o capitalismo não admite mais nenhum freio a superexploração dos trabalhadores e passa a utilizar de medidas fascistas e extremamente autoritárias para implantar as reformas neoliberais de total desregulamentação da proteção ao trabalho e plena liberdade ao capital para espoliação das riquezas naturais, em especial, o petróleo.

Não é à toa que as elites latino-americanas sempre defenderam a manutenção do modelo agro-mineral-exportador implantado pelas metrópoles colonizadoras europeias. O neofascismo está a serviço desse projeto. Só não vê quem não quer! #EleNão

Coluna criada com o objetivo de fomentar o livre debate sobre temas diversos e sempre esteve à disposição de todos os associados. A única obrigatoriedade é a assinatura das matérias.

## OUTUBRO ROSA DEDICADO À LUTA CONTRA O CÂNCER

Depois do Setembro Amarelo, o Brasil realiza uma outra campanha muito importante. É o Outubro Rosa, de prevenção ao câncer de mama.

Além do câncer de mama, desde 2011 a iniciativa chama atenção também para o câncer de colo de útero. O objetivo é conscientizar as mulheres a respeito da prevenção e do diagnóstico da doença.

Estimativa do Inca (Instituto Nacional do Câncer José Alencar Gomes e Silva), aponta que até o próximo ano devem ser



diagnosticados 59 mil casos de câncer de mama no Brasil e outros 16 mil de colo de útero. Por isso, o diagnóstico precoce é fundamental.

Fonte: SBBA

**Ministério Público do Estado da Bahia**  
Patrocinado

É cada vez mais comum ver crianças e adolescentes utilizando aparelhos eletrônicos com grande frequência, mas o uso excessivo desses equipamentos pode trazer danos à saúde física e mental, além de comprometer o rendimento escolar. Para discutir o assunto, o Ministério Público da Bahia realizará no próximo dia 10 de outubro a I Conferência Tecnologia e Infância que contará com especialistas da área. Cadastre-se em [tecnologiaeinfancia.mpba.mp.br](http://tecnologiaeinfancia.mpba.mp.br) para assistir ao evento on-line

**DEFENDA SEUS DIREITOS NA CASSI**

**VOTE NÃO!**

## ELEIÇÕES 2018

### REFORMA TRIBUTÁRIA OU SIMPLIFICAÇÃO: O QUE OS PRESIDENCIÁVEIS DEFENDEM

*Por Grazielle David*

Reformar ou simplificar o sistema tributário. O que parece ser um mero jogo de palavras revela muito mais do que o entendimento da tributação no país, descortina o modelo de Estado que cada presidenciável pretende fortalecer caso seja eleito.

A simplificação tributária, apesar de necessária, é insuficiente para resolver os graves problemas que o Brasil tem na arrecadação de tributos (impostos, contribuições, taxas). Ela é necessária para lidar tanto com o excesso de tributos que dificultam a arrecadação para o contribuinte e para a administração pública, quanto para reduzir a 'guerra fiscal' entre entes federados, ao realizarem desonerações tributárias para atrair empresas. Ocorreria assim ganho de eficiência na arrecadação e de competitividade na produção e exportação.

A principal proposta nesse sentido hoje é a defendida pelo Centro de Cidadania Fiscal - CCIF de criação de um Imposto sobre valor agregado - IVA (batizado de Imposto sobre Bens e Serviços - IBS) unificando cinco tributos: IPI, PIS, COFINS, ICMS e ISS. O prazo de transição seria de 10 anos para os contribuintes e de 50 anos para a partilha entre os entes federativos. Com relação à alíquota, existiria uma nacional idêntica para todos os bens e serviços, mas estados e municípios poderiam alterar para determinados produtos. Também haveria um imposto seletivo, adicional à cobrança do IBS, sobre dois produtos, com a meta de reduzir o consumo: bebidas alcoólicas e cigarros.

Já a atual proposta do relator da Comissão Especial de Reforma Tributária da Câmara dos Deputados também segue no sentido de simplificação, apesar de ter algumas diferenças. Ela propõe unificar nove tributos: ISS, ICMS, IPI, PIS, Cofins, Cide, Salário-Educação, IOF e Pasep. O período de transição seria de seis anos para as empresas e de 15 anos para a nova divisão com Estados e Municípios. As alíquotas seriam estabelecidas todas em lei complementar federal e a arrecadação, dividida num percentual com Estados e Municípios. Também existiria um imposto seletivo sobre seis produtos: energia, combustíveis, telecomunicações, cigarros, bebidas e veículos.

Entretanto, somente simplificar não reduz um grande problema existente: a composição da carga tributária brasileira amplia desigualdades ao invés de reduzir, como ocorre nos países mais desenvolvidos. Isso acontece porque mais de 50% dos tributos arrecadados incidem sobre o consumo, ao invés de serem sobre a renda e a propriedade. Como os tributos sobre o consumo pesam proporcionalmente mais sobre os mais pobres e a classe média, o resultado é que a atual composição da carga tributária faz com o grupo mais vulnerável da população - mulheres negras pobres - pague mais tributos proporcionalmente à sua renda do que os mais ricos.

É por essa razão que a defesa de uma reforma tributária não pode se ater somente à simplificação e à eficiência do sistema tributário. Ela deve necessariamente se ater à promoção da equidade e da redução das desigualdades, para a promoção de justiça fiscal e social.

A atual proposta que caminha nessa direção mais formulada nesse sentido é a da 'Reforma Tributária Solidária', organizada pela Anfip e Fenafisco, com a participação de várias outras organizações da sociedade civil, movimentos sociais, sindicatos, acadêmicos e especialistas. Ela apresenta algumas premissas essenciais para a reforma do sistema tributário nacional, devendo ser esse: pensado na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico; adequado ao propósito de fortalecer o Estado de Bem-estar Social e reduzir desigualdades; progressivo com redistribuição da composição da carga tributária ao ampliar a tributação direta e reduzir a indireta; instrumento para reestabelecer as bases do equilíbrio federativo; desenvolvidas as tributações ambientais e sobre o comércio internacional. *(Confira matéria completa no site do Sindicato)*